

O golpe civil militar e a Universidade de Minas Gerais: repressão e resistência estudantil¹

Farley da Conceição Bertolino
Mestre em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
farleybertolino@gmail.com

RESUMO: Após o golpe civil e militar de 1964, o movimento estudantil sofreu imediata desarticulação de suas entidades. Entretanto, apesar de fortemente fragmentado pela ação do governo militar, os estudantes de Belo Horizonte empenharam-se em lutas pontuais relativas a problemas de restaurantes universitários, bolsas de estudos e, sobretudo contra os Acordos MEC/USAID e a Lei Suplicy. Este artigo vem apresentar a organização estudantil na capital de Minas Gerais naqueles anos iniciais pós-golpe e, principalmente, as primeiras ações repressivas contra os estudantes e contra as universidades mineiras, especialmente a UMG. A base deste estudo remonta o conteúdo das informações que a polícia política documentou e armazenou a respeito das entidades estudantis, dos estudantes e das ações que foram praticadas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil, Golpe civil militar, Universidade.

ABSTRACT: After the coup of 1964 civil and military, the student movement was immediate disarticulation of its equipment. However, although strongly fragmented by the action of the military Government, Belo Horizonte students engaged in sporadic struggles concerning problems of restaurants, college scholarships and, especially against the agreements MEC/USAID and law Suplicy. This article hereby presents the student organization in the capital of Minas Gerais State in those early years and the first post-coup mainly repressive actions against the students and against the universities, specially the UMG. The basis of this study goes back the content of the information that the political police documented and stored regarding student entities, of students and of the actions that were carried out.

KEYWORDS: Student movement, Civil Military Coup, University.

O movimento estudantil em Belo Horizonte

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por uma tomada de consciência de vários setores da vida nacional. Dentre eles, destacaremos aqui a participação estudantil

¹ A atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) fora criada em 1927 com o nome Universidade de Minas Gerais (UMG). Apenas em 1965, passou a adotar o nome que hoje conhecemos. Nesse artigo optamos por manter a sigla atual, ou seja, UFMG.

representada pelos grupos de esquerda que compunham o movimento dos estudantes em Belo Horizonte. A importância dessas organizações de esquerda podia ser percebida diretamente nas entidades estudantis: União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes (UEE's), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE's) e Diretórios e Centros Acadêmicos (DA's e CA's)².

Entre os anos de 1961 e 1968, o maior número de estudantes universitários da região metropolitana de Belo Horizonte estava matriculado na então Universidade de Minas Gerais (UMG), doravante apresentada aqui como UFMG, e na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). Assim, percebemos que o movimento estudantil (ME) da capital mineira representou um precoce foco de resistência ao regime militar. Seus estudantes participaram ativamente dos protestos daquela época, colocando em evidência o ME belo-horizontino. Naquela época existiam várias correntes ideológicas e essas quase sempre estavam ligadas a algum dos grupos políticos que mantinham a sua liderança. A partir das diferentes tendências que surgiam e se organizavam no interior do ME, podemos afirmar que elas se aliavam ou se enfrentavam, em todos os níveis – desde o DA até a UNE – dando lugar a uma espécie de “mobilização partidária” permanente no meio estudantil.

A diversidade de propostas e ideias que envolviam o movimento dos estudantes mineiros, em especial na capital, pode ser percebida na existência de três organizações políticas que mantiveram a supremacia naquele período. São elas: o grupo originado da esquerda católica, Ação Popular (AP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Organização Revolucionária Marxista Político-Operária (ORM-POLOP). Houve também um momento em

² Para situar os estudos existentes sobre o Movimento Estudantil foi essencial levantar a bibliografia específica sobre o tema. Foram muitos os autores que dedicaram suas pesquisas a essa temática, cujas referências merecem destaque: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994; GROppo, Luís Antônio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2005; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. São Paulo: Papirus, 1987; POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004; REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986; SANTOS, Nilton (Org.). *História da UNE*. São Paulo: Livramento, 1980; SEMERARO, Giovani. *A primavera dos anos 60. A geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola, 1994; VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

que a organização Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) – cisão armada do PCB – teve um papel significativo³.

Os grupos estudantis tinham divergências, mas também alguns pontos de convergência; cada facção política pressupunha uma forma de luta, assim como cada grupo tinha uma leitura sobre a realidade brasileira, e era justamente esse ponto que orientava as práticas políticas. A participação dos estudantes universitários de BH deve ser compreendida relacionando-os às suas respectivas entidades representativa: DA's e CA's, DCE's, UEE-MG e UNE. Esta última, por ser a entidade máxima de representação institucionalizada dentro do ME, teve um papel preponderante.

Nos primeiros anos da década de 1960, a maior parte dos movimentos sociais não era institucionalmente organizada (não eram institucionalmente organizados) de forma que pudesse conter o golpe militar, mas foram suficientes para ameaçar o poder das elites. As ações dos estudantes estavam diretamente ligadas às questões sociopolíticas, cuja pauta de reivindicações ultrapassava os interesses exclusivamente educacionais. A composição dos sujeitos sociais no ME era diversificada e apesar de haver um predomínio de indivíduos pertencentes à classe média – reflexo da estrutura do ensino universitário ser elitista – não podemos negar a existência de uma parcela de estudantes provenientes das classes populares, alguns inclusive já engajados no mercado de trabalho. Diante da repressão militar, as manifestações sociais passaram a ocorrer de forma clandestina e abafada, persistindo principalmente através das ações comandadas pela UNE dentro do ME.

Foi a capacidade de mobilização que fez dos estudantes um poderoso grupo de pressão. O militantismo intenso também foi uma característica importante daqueles jovens estudantes. Quanto ao tipo de organização, o ME pôde organizar suas próprias bases, formando quadros autênticos e designando seus dirigentes. Logo, sua autonomia interna permitiu aos estudantes definir algumas reivindicações específicas de seu meio social, sejam

³ Sobre a atuação do movimento estudantil especificamente em Belo Horizonte, foram consultadas as seguintes referências: FREITAS, Sérgio Ricardo. *Silenciados à força*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1993; LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de Libertação Nacional: opção armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009; LIMA, Samarone. *Zé*. Belo Horizonte: Maza Ed., 1998; MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989; PINTO, Yvon Leite de Magalhães. *O movimento "estudantil" de 1960 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1963; SILVA, Maria Elizabeth Corrêa Campos e. *Ideário do movimento estudantil de Belo Horizonte entre 1964 e 1968: utopias e desencantos*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2001; VELOSO, Thiago Vitral. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: uma resistência armada ao regime militar brasileiro no Estado de Minas Gerais – 1967-1969*. (Monografia de conclusão do curso de História) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

elas econômicas, políticas ou culturais. Deste modo, percebemos que o estudo do ME em Belo Horizonte pode ser melhor investigado através das análises das suas associações representativas e institucionalizadas em nível nacional, estadual e local, através de entidades como a UNE, a UEE-MG, os DCE's e os DA's ou CA's, muitas vezes aliadas às três organizações políticas: AP, PCB e POLOP.

Quanto aos estudantes que apoiavam o golpe, percebemos que eles não detinham o poder de decidir sobre o ME universitário e nem conseguiam se articular para disputar a direção das entidades estudantis que estavam nas mãos dos grupos esquerdistas. Apesar da criação do DNE e dos DEE's pelo regime militar os estudantes "democráticos" não encontraram respaldo entre os universitários para dirigirem aqueles órgãos recém-criados⁴.

Em Minas Gerais, constatamos que no período que antecedeu ao golpe de 1964 foram os estudantes conservadores e anticomunistas da União dos Estudantes Católicos (UEC) que mantinham a liderança do ME secundarista. A ação desses jovens se ampliava cada vez mais em direção a entidades como a União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES-BH) ou a União Colegial de Minas Gerais⁵. Por sua vez, no movimento universitário a tendência majoritária de esquerda nunca foi verdadeiramente ameaçada pela oposição conservadora, que geralmente se organizava no último minuto. Após o golpe, identificamos em Minas Gerais a participação de alguns grupos de estudantes universitários conservadores, dentre eles, a União Nacional Renovadora Estudantil (UNRE), a Liga Estudantil Democrática (LED) e o Movimento Independente Universitário (MIL)⁶.

Torna-se necessário destacar aqui alguns fatores peculiares a Belo Horizonte, os quais contribuíram na dinâmica das ações do ME e que são essenciais para compreender a configuração do tipo de aglutinação que se dava no centro da capital. Apesar de ter havido significativo crescimento populacional naquela década, a cidade ainda comportava o escoamento da população em sua área central para diversos fins. Isso porque a dinâmica do transporte urbano ocorria com os ônibus transitando apenas no sentido bairro-centro e

⁴Após o golpe, a Lei Nº 4.464 (Suplicy de Lacerda), de 9 de novembro de 1964, determinava que a UNE deveria ser substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e as UEE's pelos Diretórios Estaduais (DEE's).

⁵ Arquivo Público Mineiro (APM), DOPS, Rolo 012, Pasta 0148, Im. 9 à 19.

⁶ APM, DOPS, Rolo 001, Pasta 0011 {2}, Im. 78 à 81.

centro-bairro. Desse modo a área central fixou-se como o local de convergência da população na década de 1960⁷.

Apontamos aqui que Belo Horizonte contava basicamente com duas universidades: UFMG e UCMG. A primeira atendia o maior número de estudantes e oferecia maior quantidade de cursos. Com exceção da Faculdade de Filosofia (FAFI), estabelecida na Rua Carangola, nas adjacências da Av. Contorno, todas as outras faculdades localizavam-se dentro dessa mesma avenida, na região central da cidade⁸ (Ver mapa em anexo). Realmente essa distribuição favorecia a dinâmica das mobilizações estudantis, dado que as faculdades da UFMG mais fortes politicamente dentro do ME – Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), Direito, Medicina e Engenharia – estavam situadas nos arredores da Praça Sete, centro político, comercial, financeiro e cultural da cidade.

A UCMG era a segunda maior concentração de estudantes universitários da região metropolitana de Belo Horizonte; funcionava também quase que integralmente na região central da cidade, inclusive a sede do DCE na Av. Brasil, próximo à Praça da Liberdade. Oferecia os cursos de Filosofia, Direito, Serviço Social, Medicina, Enfermagem e Educação Física, sendo que somente este último estava fora do entorno da Praça da Liberdade. Excluindo o fato de estas faculdades estarem localizadas na área central da cidade, havia ainda outros dois órgãos representativos instalados naquela região: a UEE-MG localizada na Rua Guajajaras, e o DCE/UFMG, na Av. Afonso Pena, assentado a aproximadamente meio quarteirão de distância da Praça Sete.

Quando qualquer uma das referidas faculdades se envolvia em alguma manifestação ou conflito direto com a polícia, as outras imediatamente respondiam rapidamente em apoio. De fato, a proximidade geográfica das faculdades e das sedes de suas entidades localizadas na área central, aliadas à realidade do centro de BH onde circulava diariamente a maior parte da população naqueles anos, permitia uma grande integração dos estudantes entre si e com uma parcela significativa dos habitantes da cidade. Portanto, essa concentração das faculdades de BH no centro da cidade favoreceu e possibilitou a realização de amplas manifestações pelo

⁷ De acordo com Silva (2001), no início da década de 1960, Belo Horizonte contava com 693.328 habitantes, atingindo em 1970 o número de 1.235.030 habitantes.

⁸ As faculdades da UFMG localizadas dentro da Av. do Contorno eram: Medicina, situada na Av. Alfredo Balena; Direito, na Av. Álvares Cabral; Economia (FACE), na rua Curitiba; as faculdades de Engenharia, na rua Espírito Santo; Arquitetura, na rua Paraíba; Farmácia na Av. Olegário Maciel.

ME de BH, influenciando significativamente na maneira de estruturar e de organizar as lutas dos estudantes entre os anos de 1964 e 1968.

Outro fator que reunia os estudantes no centro da cidade eram as repúblicas estudantis: a existência de um expressivo número de estudantes universitários que vinham de outras cidades, especialmente do interior de Minas Gerais constituindo, dessa maneira, uma grande quantidade de repúblicas na cidade. Ao deixarem suas famílias para viverem nessas moradias coletivas, e fixando-se na capital, esses estudantes passaram a vivenciar novo tipo de experiência, mais democrática, uma vez que se criavam espaços de igualdade entre pessoas diferentes, onde se tinha liberdade de escolhas, mas buscando respeitar os territórios comuns de convivência. Certamente essa experiência inovadora colaborou para que muitos daqueles jovens passassem a ter mais autonomia, o que facilitou a coesão dentro do ME. Contribuiu ainda para que muitos estudantes ficassem mais tempo na universidade, visto que almoçavam nos restaurantes universitários e acabavam por utilizar com mais frequência suas unidades de estudo extraclasses. Com efeito, a maior parte das repúblicas localizava-se na área central da cidade, perto das faculdades, o que contribuía ainda mais para aglutinar os estudantes.

A autonomia universitária ameaçada

Um dos motivos que levou às ocupações dos militares nas faculdades, com perseguições a vários estudantes e a destruição das sedes de seus diretórios, foi o fato de muitos serem identificados como comunistas ou simpatizantes daquela organização. A identificação dos estudantes com o movimento comunista era sempre reiterada nos relatórios policiais de forma a justificar a vigilância sobre os mesmos:

Sob o ponto de vista do DOPS mineiro, as atividades estudantis na cena política mineira eram direcionadas pelo Partido Comunista. A polícia política passou a enxergar conspirações comunistas nos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Direito, Filosofia, Medicina, Economia e outras da “UMG” – Universidade de Minas Gerais, e também no setor estudantil secundário. Era imperativo neste momento combater o comunismo não só diretamente juntos aos operários e camponeses, mas também junto à classe estudantil, identificada como mais uma “Frente Comunista” de onde saíam os doutrinadores e líderes que iludiam, aliciavam

e manobravam os trabalhadores e os “inocentes úteis”, pregando “aparentemente” em prol de suas justas reivindicações em diversos setores sociais, mas na realidade planejando seus objetivos e as ações de massa, de modo a apoiar a linha geral do comunismo. [...] Dessa forma, a atuação dos estudantes em Minas Gerais era vista pela polícia como resultado direto da implantação de líderes comunistas e “doutrinadores” no meio estudantil, principalmente nos núcleos ou Diretórios Acadêmicos, onde eram programadas intervenções estudantis na cena política. A Delegacia de Vigilância Social, dedicando-se constantemente a vigilância dos estudantes identificados como comunistas ou filo-comunistas, criou um sub-setor, “Setor Estudantil”, voltado especialmente para o controle dos estudantes que se dedicavam aos estudos de matérias subversivas e insistiam em ocupar a cena pública subvertendo a ordem estabelecida.¹⁰

O ataque à autonomia universitária se constituiu no principal foco das críticas ao regime, difusamente espalhadas. Após o desmantelamento das entidades estudantis, o governo encaminhou um novo modelo que pretendia pôr fim à ação política na universidade, com a chamada Lei Suplicy. Vencida a etapa inicial de desarticulação da mobilização estudantil, a política autoritária para o meio universitário definiu-se com rapidez pela extinção da UNE e das demais entidades estudantis regionais.

Nos primeiros dias do novo governo, os militares golpistas desencadearam a chamada “Operação Limpeza”, perseguindo os líderes das organizações populares e dos partidos de esquerda, bem como os políticos do antigo governo¹¹. Imediatamente as entidades estudantis passaram a ser vasculhadas pelos Inquéritos Policiais-Militares (IPM’s) efetuando prisões, levantando acusações contra professores, reitores e estudantes. Organizações estudantis e de tendências esquerdistas passaram a ter uma vigilância maior e algumas universidades do país passaram a ser dirigidas por interventores militares. Todas as diretorias de organizações

⁹Em seu estudo, Assunção identificou que o significado do termo “inocentes úteis” referia-se às “pessoas estranhas à organização comunista e que por um ardil, ou corrupção, prestam serviços à subversão, sem o saberem”. O verbete que a autora pesquisou foi extraído do Dicionário Teórico e Prático – Segurança Nacional e Subversão, de 1977. ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. 175p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História. Belo Horizonte, 2006. p.155-156.

¹⁰ ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. p. 155 e 156.

¹¹ Após o golpe de 1964, os militares e os civis que assumiram o poder buscaram impedir o avanço do comunismo através de uma ação denominada “operação limpeza”, que teve início com os inquéritos policiais-militares, seguidos pelas prisões, suspensões de direitos políticos e cassações de mandatos de vários cidadãos. Muitos órgãos sindicais e estudantis sofreram intervenções e foram presos líderes sindicais, operários, estudantis e religiosos, bem como estudantes, professores e camponeses, todos acusados de subversão.

estudantis do Estado foram dissolvidas, sucederam-se demissões de pessoas e o fechamento de organizações consideradas subversivas e corruptas, que se supunha ser de orientação ideológica comunista. Contudo, esta opressão não foi destinada somente às universidades e organizações estudantis, pois a repressão fazia parte de um ataque nacional dos golpistas contra todos os movimentos populares. Da mesma forma, foram suspensas as garantias constitucionais e vários mandatos foram cassados com funcionários e parlamentares sendo destituídos.

Com o golpe, os reitores da UCMG e da UFMG – Dom Serafim Fernandes de Araújo e o Professor Aluísio Pimenta¹² – juntamente com o Secretário da Educação, Aureliano Chaves, decidiram por suspender as aulas em todos os estabelecimentos públicos de ensino primário e superior, tanto quanto na Universidade Católica, mantendo normal apenas o funcionamento da parte administrativa daquelas instituições.

Verificamos ainda que, tanto setores da população da capital quanto parcela dos universitários apoiou o movimento dos militares através de pronunciamentos públicos ou da realização de manifestações no centro de Belo Horizonte. Como exemplo, apresentamos o documento “Manifesto à Nação”, de caráter anticomunista, publicado na imprensa local imediatamente após o golpe. A declaração foi assinada pelo Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UFMG, que aprovava o golpe e denunciava suposta tendência esquerdista dos diretores daquela Faculdade. Tal declaração vale a pena ser transcrita:

Considerando o momento histórico em que vivemos, o Diretório Acadêmico Democrata da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, recentemente empossado, sente-se no dever de denunciar à Nação, a participação efetiva da Diretoria dessa Escola, através de seu Diretor Sylvio de Vasconcellos e seu Vice-Diretor, João Boltshausen, no processo de comunização da Escola, transformando-a numa célula de subversão, pactuando com elementos de agitação e até mesmo incentivando a ação nefasta desses elementos. Atestando este processo e procurando alertar as autoridades civis e militares responsáveis pela ordem cívica do país, alinharemos os fatos que o evidenciam: (a) É fato notório que o senhor Diretor Sylvio de Vasconcellos e o Vice-Diretor João Boltshausen são tendenciosamente favoráveis à causa esquerdista; (b) A colocação dos

¹² O então Bispo-Auxiliar de Belo Horizonte – Dom Serafim Fernandes de Araújo – ocupou o cargo de Reitor da Universidade Católica (MG) entre os anos de 1960 e 1981; já o Reitorado do Professor Aluísio Pimenta, na UFMG, teve o seu mandato no período de 21 de fevereiro de 1964 a 22 de fevereiro de 1967.

serviços gráficos da Escola à disposição do processo de comunização, quando da impressão do Documento Base da Ação Popular, de teor subversivo. Esse documento mereceu comentários por parte da imprensa; (c) Impressão de programas para o CPC (Centro Popular de Cultura), órgão de publicidade comunista; (d) Facilidades para a distribuição, dentro do recinto escolar, entre os alunos, de publicações comunistas, como, Brasil Urgente, Semanário, Novos Rumos, diversos manifestos e panfletos vermelhos; (e) Envio de alunos e instrutores a Cuba, subvencionados por verba destinada a fundo cultural e abono de faltas, fato que fere o Regimento Interno e representa tratamento desigual aos demais alunos que não comungam o mesmo credo vermelho. Frisamos que, de volta, os alunos trouxeram material subversivo, inclusive gravações de discurso de Fidel Castro, que nos foi posto à mostra no Diretório Acadêmico da Escola. (f) Pressão na escolha do senhor Darcy Ribeiro para paranimfar os formandos de 1963 com demonstração de evidente interesse político e pessoal. (g) Convite a professores marcadamente antidemocráticos para proferirem conferências de cunho subversivo com rótulo de “palestras sobre Arquitetura”, como se pode observar pela aula inaugural, publicada pela imprensa local. (h) Há evidências de desmandos administrativos e financeiros a merecerem um acurado exame. (i) Considerando ainda o Movimento de Restauração da Democracia, ressaltamos o último fato ocorrido no recinto da Escola, de suma gravidade: Na noite do dia 31 de março, alunos pregavam cartazes subversivos no hall do estabelecimento sob o estímulo do Diretor Sylvio Vasconcellos, que sugeriu a colocação dos aludidos cartazes do lado de fora do prédio, afirmando haver a necessidade de incitar as massas, pois a escola já estava politizada. Denunciamos esses fatos para conhecimento das autoridades civis e militares e fazemos um apelo a todos os democratas que cerrem fileiras conosco a fim de extirparmos da nossa Escola essa célula maligna, sem o que a patriótica e desinteressada atitude de nossas gloriosas Forças Armadas não teria qualquer sentido. Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UMG. Belo Horizonte, 4 de abril de 1964.¹³

Percebemos aqui que a maneira de pensar e agir dos estudantes que elaboraram o documento transcrito acima corresponde à figura do informante, aquele sujeito que colaborava espontaneamente com a polícia política no Brasil durante o regime militar. Nos anos de ditadura, a figura do informante teve grande importância. Todas as pessoas eram convidadas a participar da “Comunidade de Informações”, que suspeitava de tudo e de todos

¹³ Recorte de Jornal: *Manifesto à Nação*, publicado no jornal *Estado de Minas*, em 05/04/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 28. Os documentos produzidos pela Assessoria Especial do Serviço de Informação (AESI) estão disponíveis para consulta na Biblioteca Central da UFMG.

ao difundir uma espécie de sentimento de ameaça permanente aos interesses governamentais¹⁴. Assim, a denúncia aqui apresentada, promovida pelo Diretório Estudantil da Escola de Arquitetura como forma de protesto, culminou na instalação de uma Comissão de Inquérito, cujo resultado das investigações considerou inocentes os referidos professores acusados¹⁵. Entretanto, muito antes dessa sentença ser dada, tendo em vista o manifesto dos estudantes da Escola de Arquitetura, o diretor acusado já havia proferido alguns esclarecimentos contra as acusações levantadas contra ele:

Quanto aos fatos relacionados em apoio da afirmação feita, desejo esclarecer: a) Jamais a oficina gráfica esteve colocada a serviço de qualquer iniciativa desligada dos interesses escolares. O documento citado como exemplo foi mimeografado, é certo, no estabelecimento, porém por estudante, e na calada da noite, sem qualquer conhecimento da direção escolar. Esta só teve ciência dos fatos posteriormente, por intermédio do aluno Ricardo Burlamaqui, tendo eu imediatamente tomado as providências cabíveis como poderá testemunhar o próprio estudante informante. Nunca teve a Direção da Escola conhecimento de qualquer outra publicação semelhante, a menos que, entre estas, se deseje incluir convites para cerimônias ou programas de iniciativas culturais, tais como representações teatrais e exposições de arte, das quais participassem estudantes ou professores da Escola. Isto vem comprovar, não uma tendência favorável à causa esquerdizante, mas apenas uma contribuição democrática em benefício de atividades puramente culturais, realizada por entidades de existência pública. b) A facilidade para distribuição de publicações subversivas dispensa contestação. Desnecessárias seriam para o livre curso de publicações que se encontravam em bancas de jornal e livrarias e, inúteis para as demais que, subrepticiamente, circulassem de mão em mão. c) A viagem de estudantes a Cuba teve em mira a participação em um Congresso Internacional de Arquitetura, patrocinado pelo órgão profissional

¹⁴ Conforme indica Magalhães (1997), trata-se de outro mecanismo repressivo de que se valeu o regime militar no Brasil, e que em muitos casos demonstrou ser mais eficiente e produtivo. A repressão preventiva consistia na vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade, prática consolidada pela criação do que foi denominado *comunidade de informações*. Maiores informações consultar MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n° 34, 1997, p.203-220.

¹⁵ Ofício do Diretor da Escola de Arquitetura – professor José Amédée Péret – ao reitor Aluísio Pimenta, de 9 de julho de 1964, indica que “nenhuma responsabilidade foi atribuída aos professores Sylvio de Vasconcelos e João Boltshauser por ocasião da apreciação do Relatório da Comissão de Inquérito, designada para apurar os fatos contidos no “Manifesto à Nação”, publicada no jornal Estado de Minas, de 05/04/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 28.

competente e ao qual compareceu representantes de todo o mundo civilizado e de todas as Escolas de Arquitetura do país.¹⁶

É importante comentar que o ano letivo de 1964 estava previsto para iniciar em 13 de abril, mas devido aos acontecimentos políticos foi suspenso e adiado. Em nota oficial, a Reitoria da UFMG divulgou, através da imprensa local, a convocação do Conselho Universitário, que iria deliberar sobre o assunto em reunião extraordinária, decidindo-se também pela prorrogação das eleições dos DA's, que a princípio foi transferida para o final daquele mês, mas na verdade só seriam realizadas em novembro.

No final de abril, o reitor da UFMG (e de todas as Universidades Federais do país) recebeu dois documentos – a Portaria Ministerial nº 259, de 19/04/1964, e o Aviso nº 705, de 22/04/1964 – ambos do Ministro da Educação e Cultura – Flávio Suplicy de Lacerda – sendo que o primeiro exigia, por parte dos dirigentes universitários, toda a colaboração no sentido de “reintegrar o estudante brasileiro em sua precípua tarefa, qual seja a de estudar, de reintegrar o professor na sua missão de ensinar, de colocar os servidores administrativos na sua esfera de trabalho.”¹⁷ Em depoimento sobre o assunto, o reitor Aluísio Pimenta ponderou:

Entregar o nome de professores, alunos e funcionários era entregar a nossa autonomia. Atuamos sabiamente. Tínhamos que cumprir as ordens do poder ou correr o risco de uma intervenção imediata. Eu recebia pressões enormes para isso, não só diretamente, mas por telefonemas e através do envio de fichas do DOPS com referências a posições político-ideológicas de professores, alunos e funcionários. [...] Quem era fichado no DOPS estava perdido, dificilmente conseguiria emprego. Eu rasgava as fichas do DOPS e jogava fora. [...] Eu devo ter recebido umas dez ou quinze vezes essas fichas do DOPS, de centenas de professores, de alunos, de presidentes de diretórios e funcionários. Eram acusados de comunistas.¹⁸

Cumprindo ordens em conformidade com os termos do Aviso nº 705, o reitor da UFMG solicitou aos diretores das Faculdades daquela universidade que estabelecessem severa vigilância sobre quaisquer atividades que pudessem comprometer a “causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica democrática.”¹⁹ Nessa perspectiva, diante dos documentos

¹⁶ Jornal *Estado de Minas*, 07/04/1964, p.03. Consulta realizada na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. PUC-MG.

¹⁷ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 5. Portaria Ministerial nº 259, de 19/04/1964.

¹⁸ RESENDE, Maria Efigenia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida. *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 54.

¹⁹ _____. *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores*. p. 54.

indicados, foi nomeada pelo reitor para atuar no âmbito da UFMG, a “Comissão de Sindicância”, cuja função era apurar a existência de “crimes contra o Estado”, praticados por professores, alunos e funcionários daquela universidade. Teria o prazo exíguo de cinco dias para o exercício de suas atividades²⁰.

O Presidente da Comissão, professor Levindo Lambert, solicitou ao reitor Aluísio Pimenta esclarecimentos e informações que lhes possibilitasse a execução daquela missão. Assim, buscando colaborar com a Comissão instalada, o reitor encaminhou Parecer sobre o conceito e definição do que seria “Crime contra o Estado”. De acordo com o documento emitido pelo consultor jurídico da UFMG – Sr. Celso Agrícola Barbi – a expressão deveria significar “atividades contrárias à segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública.”²¹

A Comissão se alojou na sala 506 do prédio da FACE e ali deu início aos trabalhos, funcionando diariamente, no período de 11 a 15 de maio, pois deveria ser apresentado relatório conclusivo dentro do prazo estipulado e caso existissem os referidos crimes, o reitor deveria constituir as comissões de inquérito necessárias para o procedimento legal. Quanto aos fatos apurados, deveriam ser abertos imediatamente inquéritos, por comissões a serem posteriormente nomeadas. No livro *Memória de Reitores*, o Professor Aluísio Pimenta comenta sobre aquele embaraçoso momento no seu mandato:

Resolvemos nomear, com aprovação do Conselho Universitário, uma comissão interna de alto nível para fazer uma sindicância, que está registrada aí na Universidade. [...] A comissão de sindicância ouviu professores, alunos e funcionários e chegou à conclusão de que a Universidade não tinha elementos subversivos ou corruptos. [...] O General Carlos Luís Guedes não aceitou o processo. Acusou-me de proteger os “subversivos”, dizendo que aquilo era uma farsa. [...] Esse foi o início do processo que terminou com a intervenção na Universidade, pouco tempo depois.²²

²⁰ A Comissão de Sindicância era integrada por um estudante e quatro professores, membros do Conselho Universitário, sendo nomeados os professores Levindo Furquim Lambert, Caio Benjamim Dias, Francisco de Assis Castro e Mário Barbosa, e o universitário Paulo Roberto Diniz (Odontologia).

²¹ Parecer nº 8/64, da Consultoria Jurídica da UFMG, referente à definição do conceito de “crime contra o Estado”, emitido em 12 de maio de 1964: AESI, Caixa 1, Pasta 22.

²² RESENDE, Maria Efigenia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida. *Universidade Federal de Minas Gerais: memória de reitores*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 54.

Imediatamente após ter sido instalada, a Comissão de Sindicância solicitou a relação de professores e funcionários em exercício, de cada Instituto da UFMG, bem como a lista integral de todos os alunos matriculados em 1964. A resposta não demorou e no dia seguinte todas as Faculdades enviaram a relação dos nomes: FAFI²³, FACE²⁴, Engenharia, Arquitetura, Direito, Farmácia, Medicina. De imediato, algumas respostas dos diretores de algumas destas escolas desvelam a atitude e o posicionamento dos setores conservadores da UFMG, que se mostravam eficazes, não só por levantar suspeitas, mas por apresentar denúncias que envolviam a FAFI, a FACE, a Faculdade de Medicina e a Escola de Arquitetura.

No caso da FAFI, o diretor daquela Faculdade havia telefonado ao presidente da Comissão para lhe informar sobre a “distribuição farta de boletins subversivos naquela escola”²⁵. A comissão, por sua vez, sugeriu que o diretor levasse o fato ao conhecimento das autoridades competentes, nomeadamente à Delegacia de Vigilância Social (DVS), doravante chamado de DOPS/MG²⁶, para que fossem apurados os fatos e responsabilizados os autores.

Antecipadamente, os membros do corpo de ensino e médicos da Faculdade de Medicina da UFMG asseguraram apoio integral à Comissão de Sindicância, por meio de um abaixo-assinado, que denunciava a existência de integrantes da universidade filiados a idéias extremistas, além da ocorrência de um comício comunista na FACE. A acusação sugeria que as investigações deveriam verificar a possível existência de agitadores comunistas entre os estudantes estrangeiros que, “à custa de bolsas de estudo, encontravam-se infiltrados, como

²³ Composição da relação dos nomes da FAFI: professores catedráticos; de Ensino Superior; Assistente de Ensino Superior; Instrutores de Ensino Superior; Pesquisadores; pesquisadores auxiliares; professores de ensino secundário; assistentes de Educação; professores horistas; professores horistas contratados; professores estrangeiros; funcionários. Alunos dos cursos de: Filosofia, Pedagogia, Ciências Sociais, Jornalismo, História, Letras, Geografia, História Natural, Psicologia, Química, Física e Matemática. UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 11.

²⁴ A relação apresentada pela Diretoria da FACE apresentava: corpo docente e técnico da Faculdade (com nome, endereço, telefone e função); dos catedráticos em exercício; dos servidores; alunos dos cursos de: Sociologia e Política, Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e Administração Pública. UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 12.

²⁵ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 5.

²⁶ A Comissão de Sindicância recebia documentos do Dr. Fábio Bandeira, chefe do DVS. A estrutura orgânica e funcional do DOPS/MG sofreu em 1964 uma mudança na denominação de DOPS, e passou a designar-se Departamento de Vigilância Social, “entretanto, as divisões das delegacias e demais setores foram mantidas intactas, assim como as funções e atribuições inerentes a cada uma delas”. ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. p. 50

membros da internacional comunista”²⁷, nos meios estudantis e por isso deveriam ser expulsos das faculdades brasileiras. As denúncias continuavam:

Essa medida altamente patriótica, saneadora do nosso regime democrático e restabelecadora do respeito mútuo que deve haver entre alunos e professores nas nossas Escolas, não se completará se não forem punidos também todos aqueles que, atrevidamente, planejaram o comício comunista aqui realizado na noite de 2 de março passado, no auditório da FACE, pelo inspetor de alunos Darci Ribeiro que, despudorada e cinicamente ostentava o título de “professor”. Jamais a nossa universidade assistiu espetáculo tão depravante, deprimente e humilhante como aquele que Darci Ribeiro nos impingiu naquela noite de luto e aviltamento à título de aula inaugural. É necessário, pois, que os responsáveis por aquele infausto e depravante acontecimento sejam punidos e desmascarados para que jamais alguém tente novamente deslustrar, humilhar e achincalhar esse relicário de cultura mineira que é a magnífica Universidade de Minas Gerais, cujo patrimônio cívico e moral cumpre-nos preservar para honrar a memória dos nossos antepassados e orgulho dos nossos filhos.²⁸

A acusação faz referência à aula magna proferida pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Darcy Ribeiro, ex-aluno da UFMG, convidado para conferir a “aula inaugural” no início de março de 1964. Na solenidade estavam presentes autoridades civis, militares e eclesiásticas. De acordo com Reitor Alúcio Pimenta, naquela ocasião o General Guedes foi convidado para compor a mesa, quando de repente a FACE foi tomada por vaia que vinham da parte dos alunos que lotavam o auditório. Contudo, o reitor interviu rápido e energicamente, fazendo com que cessasse a vaia e lamentando publicamente aquele ato. Na Escola de Arquitetura, o professor catedrático José Geraldo de Faria apresentou-se ao presidente da Comissão de Sindicância e se dispôs a prestar informações sobre os movimentos de agitação ali eclodidos antes do Golpe, “bem como apontar nomes de alunos e ex-alunos”, responsáveis pelos movimentos que conturbaram a vida escolar e “deram à Nação

²⁷ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 10.

²⁸ O abaixo-assinado, de 30 de abril de 1964, consta relacionados os seguintes nomes: Armando Achilles Tenuta, Celso Dias de Avelar, Augusto Severo da Costa, Naezer Araújo Couto, Welerson Lourenço de Lima, Paulo Adelmo Loddi, Américo Bonfiolli, Enio Coscarelli, Aparício Silva de Assis, José Lúcio Pereira, Oswaldo Garcia, Paulo R. Dias, Clovis Vilela Junqueira, Javert de Barros, David Rezende, Orion de Bastos, José Assis Tavares, J. Mariano Lana, Elmo Perez dos Santos, Hugo Furtado, Antonio Zeferino Filho, Eduardo Tavares Paes Filho, Delzio Bicalho.

incalculáveis prejuízos, principalmente quando, em junho de 1962, ocuparam aquele estabelecimento de Ensino, permanecendo ali por quase um mês.”²⁹

Na Escola de Engenharia, o diretor em exercício – professor Edmundo Bezerril Fontenelle – encaminhou ao responsável pela Comissão uma cópia do manifesto que havia circulado entre os estudantes daquela escola na semana anterior. Tratava-se de uma declaração pública que denunciava as prisões de alguns estudantes, e, devido à gravidade do assunto, o diretor promoveu pessoalmente “uma sondagem discreta na Escola, com finalidade de apurar se o manifesto fora elaborado no estabelecimento, tendo chegado à conclusão que isso dificilmente teria ocorrido”³⁰. Vejamos o conteúdo do documento que, de forma crítica, denuncia as ações militares e ainda destaca a não-participação dos estudantes no processo eleitoral para os DA’s:

Os universitários, no momento em que o nosso país atravessa um período sombrio de sua História, não podem se calar, como antes nunca se calou, diante de tantos desmandos de uma ditadura militar que agora se mostra claramente. As prisões seguidas e injustas de colegas nossos, oriundas muitas vezes de denúncias odiosas partidos de elementos pseudo-democratas que não querem obstáculos à suas pretensões políticas; a deposição de diretorias de entidades eleitas em pleitos onde a liberdade foi respeitada em todos os seus princípios; as eleições discriminatórias; as candidaturas impostas pelo exército; as apurações ocultas; tudo isto é resultado da revolução de 1º de abril e nos obriga a denunciá-la como ainda de fato a quartelada “1º de abril”. Estes fatos, acrescidos da violência e arbitrariedade que imperam em todos os setores da vida pública brasileira, fizeram com que o universitário, atingido em seu espírito democrático e impossibilitado de se expressar normalmente, visse na fase eleitoral a que foi submetido a oportunidade de manifestar seu repúdio a este estado de coisas. Este o significado da enorme maioria de abstenções e votos nulos, aí estão alguns resultados: Engenharia – dos quase dois mil alunos apenas 561 votaram no candidato oficial; Ciências Econômicas – 96% dos alunos se abstiveram ou tiveram seus votos anulados, e apenas 4% elegeram “democraticamente” a chapa única; Serviço Social – 70% de abstenção e votos em branco; Filosofia (UMG) – os candidatos impostos receberam somente 1/3 dos votos; Direito (UMG) – em assembléia geral dirigida por um capitão, de onde saiu sob estrondosa vaia a diretoria seria eleita por “aclamação”; Medicina (UMG) – o “coordenador geral” das eleições foi

²⁹O professor José Geraldo de Faria foi Diretor da Escola de Arquitetura no período de 18/09/1959 à 13/02/1962, e faz referência à ocupação ocorrida naquela Faculdade, no momento da “greve do 1/3”, promovida pelos estudantes em 1962: UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 23.

³⁰ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 23.

vaiado, quem se pronunciou foi preso e não se conseguiu nenhum candidato; Psicologia (UC) – 60% de abstenções, e desta maneira em quase todas as faculdades. Foram muito claros estes resultados; a minoria extremista e totalitária que somente ganha eleições com o apoio do Exército, não encontrou lugar entre os universitários que tem a fazer prevalecer uma tradição de luta pela realização da democracia. Se já lutamos uma vez contra a ditadura, lutaremos de novo³¹.

Na denúncia apresentada, as abstenções e votos nulos revelam exatamente o descontentamento dos setores de esquerda do ME, que se sentiam engessados naquele processo eleitoral controlado.

Encerradas as investigações da Comissão de Sindicância, cuja principal atividade foi a coleta de informações, o diretor do DOPS/MG – Fábio Bandeira de Figueiredo – encaminhou ao reitor Aluísio Pimenta as certidões de antecedentes políticos e sociais dos alunos e professores considerados suspeitos. Apesar do rigoroso controle do governo militar na UFMG, nenhum dos envolvidos foi punido pela universidade.

As intervenções militares na UFMG

A perda da autonomia universitária tornou-se mais evidente com a intervenção militar na FAFI, no dia 11 de junho e, posteriormente, na Reitoria da UFMG, no dia 9 de julho. A interventoria na FAFI foi ordenada pelo general Comandante do ID-4, Carlos Luís Guedes, assumindo o papel de interventor o Ten. Cel. Expedito Orsi Pimenta que, em ofício ao Reitor Aluísio Pimenta, comunicou sobre as funções de interventor naquela Faculdade:

O ato tem por finalidade dar cobertura aos trabalhos de investigação policial-militar que estão sendo feitos neste Estabelecimento de Ensino com relação a suspeições levantadas sobre infiltração de elementos de ação subversiva que estariam promovendo agitações no meio estudantil desta escola³².

Na verdade, tal intervenção foi impulsionada pela abertura do IPM referente a boletins supostamente subversivos distribuídos naquela Faculdade no dia anterior àquela

³¹ UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 23.

³² Ofício nº 602/64, de 12/06/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

interferência³³. O interventor foi autorizado a estabelecer todos os contatos necessários, bem como a instituir a necessária ocupação militar para que tais investigações fossem cumpridas. Foram ouvidos todos os funcionários da FAFI, tomando-se os depoimentos das pessoas que, de alguma forma, pudessem orientar e elucidar o fato. A intervenção durou quatro dias, com a suspensão das atividades de alguns professores e alunos. No dia 16 de junho, o interventor comunicou ao reitor o encerramento dos trabalhos na FAFI, que retornaria à responsabilidade do seu diretor a partir do dia seguinte. O diretor – Emanuel Brandão Fontes – em ofício ao reitor Alúcio Pimenta informou sobre os trabalhos da interventoria naquela faculdade:

O afastamento dos professores foi feito como medida de precaução e até que se completassem as investigações, sem o caráter de punição e sem prejuízo dos vencimentos [...]. O retorno dos alunos suspensos ficaria condicionado à apresentação de atestados do DOPS e da ID-4 e despacho do Diretor desta Faculdade.³⁴

Contudo, a direção da FAFI decidiu por permitir a volta de seus professores e alunos afastados às atividades escolares somente a partir de primeiro de setembro.

A outra interferência dos militares na UFMG será apresentada aqui a partir das informações observadas no relatório que o Conselho Universitário recebeu do Reitor Alúcio Pimenta, que denunciava o momento daquela intervenção militar na Reitoria da UFMG, determinada pelo General Carlos Luis Guedes, Comandante da 4ªRM. O documento também nos permite acompanhar as ações promovidas pelo reitor nas quarenta e oito horas em que esteve afastado do seu cargo³⁵.

De acordo com o relato, na manhã do dia 9 de julho o reitor foi procurado em seu gabinete pelo Tenente Coronel Expedito Orsi Pimenta, acompanhado de um promotor e outros oficiais do Exército, que exibiam documento assinado pelo General Guedes, determinando a intervenção militar naquela Universidade, bem como o afastamento do posto do reitor pelo prazo mínimo de 15 dias³⁶.

Surpreendido com aquele procedimento e pensando nas possíveis repercussões que poderia ter nas diversas unidades da UFMG, imediatamente o reitor comunicou ao interventor o desejo de convocar, em caráter de urgência, o Conselho Universitário. Não obstante, o

³³ APM, DOPS/MG, Pasta 3899, Rolo 049.

³⁴ Ofício nº 858/64, de 17/09/1964, sobre intervenção na FAFI: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

³⁵ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

³⁶ O Ten.Cel. Expedito Orsi Pimenta, foi nomeado Interventor Militar na reitoria da UFMG pelo Ofício nº 357, assinado pelo General de Brigada Carlos Luiz Guedes.

interventor respondeu que não haveria necessidade e que o próprio tomara tal providência, “que passava, a partir desse momento, a ser de sua competência”³⁷. Logo depois, reuniu os funcionários graduados da Reitoria e os apresentou ao Interventor Militar pedindo-lhes que prestassem às autoridades militares que assumiam a direção da universidade, “todos os esclarecimentos que lhes fossem solicitados e que colaborassem para que pudessem bem cumprir a tarefa que haviam recebido de seus superiores”³⁸ em seguida, retirou-se para sua residência.

Ao chegar à sua casa relatou o ocorrido ao governador Magalhães Pinto por telefonema e solicitou “suas providências para que o fato se encaminhasse para a melhor solução, no mais curto prazo”³⁹. O Ministro Flávio Suplicy de Lacerda foi informado por telegrama sobre a intervenção e o afastamento do reitor. Também foram redigidos e enviados outros telegramas de protesto “contra a arbitrariedade da medida que se tomara contra a universidade, pedindo providências para que o constrangimento ilegal cessasse o quanto antes.”⁴⁰ Para todos, “era manifestado o protesto ato atentatório à autonomia da universidade”⁴¹.

Diante da impossibilidade de tomar qualquer providência, coube ao reitor afastado apenas limitar-se a encaminhar tais telegramas e os referidos telefonemas. Ele também escreveu mensagens dirigidas ao Conselho Universitário, aos professores, aos alunos da UFMG e à população de Minas Gerais tornando público o seu protesto para que as autoridades federais considerassem devidamente o assunto⁴². Naquela tarde, ainda telefonou para o Ministro da Justiça, o Professor Milton Campos, colega da UFMG, relatando o ocorrido e solicitando as “medidas protetoras do patrimônio cultural de Minas Gerais que fossem de sua alçada e competência funcional”⁴³.

Contudo, bastou um único dia e uma única ação para que o interventor militar – Ten. Cel. Exedito Orsi Pimenta – expusesse a fragilidade da Universidade com a publicação da

³⁷ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

³⁸ _____. UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

³⁹ _____. UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

⁴⁰ Foram enviados telegramas para o Presidente da República – Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco; ao Ministro da Justiça, Sr. Professor Milton Campos (Professor da UFMG, da FAFI); ao Ministro da Guerra, General Costa e Silva; ao Presidente do Conselho Federal de Educação, o professor Deolindo Couto.

⁴¹ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

⁴² O reitor Aluísio Pimenta comenta que apesar da maioria dos membros do Conselho Universitário ser conservadora eram “dignos”. Não obstante o fato de muitos deles apoiarem o movimento dos militares em março de 1964, eles se uniram quando a questão foi a defesa da autonomia da Universidade.

⁴³ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

Portaria nº 1/64, de 9 de julho de 1964, que em cumprimento à decisão governamental, e no uso de suas atribuições, resolveu:

1) Deverão ser afastados de suas atividades escolares ou funcionais, em todas as Unidades da Universidade de Minas Gerais, os alunos e professores indiciados em inquéritos, presos ou detidos para averiguação de atividades subversivas, ou acusados de corrupção. 2) Os afastados, sujeitos às disposições do AI, poderão, se indiciados em inquéritos, ser enquadrados nas penalidades previstas na Lei de Segurança Nacional. 3) O retorno às atividades normais, dos elementos afastados por força do contido item 1 desta Portaria, será autorizado pelo Diretor da Unidade a que pertencer o afastado, mediante apresentação de requerimento do interessado, que a ele deverá anexar atestados comprobatórios de isenção de responsabilidade, fornecidos pelas autoridades competentes (ID-4 e DVS). 4) Os afastamentos de que trata esta Portaria serão efetivados sem prejuízo dos proventos a que fazem jus os afastados, até a decisão legal da situação de cada um, respeitando-se, todavia, o que dispõe, sobre esta matéria, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1711, de 28/10/1952, e posteriores); 5) Toda e qualquer dúvida surgida na aplicação do disposto nesta Portaria deverá ser submetida à apreciação desta Interventoria.⁴⁴

Para o reitor Aluísio Pimenta, aquela Portaria foi excessivamente rigorosa, pois,

fizeram em poucas horas o que nos negamos a fazer durante três meses: punir pessoas por seus pensamentos. Era uma intervenção na autonomia da universidade, ao implantar um controle ideológico para contratação de professores (o que foi recusado por grande parte dos departamentos da UFMG).⁴⁵

Na manhã do dia 11 de julho, o reitor Aluísio Pimenta recebeu telefonema do Gabinete da Interventoria, comunicando que o interventor militar desejava marcar um encontro para anunciar que, por ordem do Presidente Castello Branco, havia sido suspensa a interferência na UFMG. Assim, percebemos também a fragilidade daquela intervenção militar no curto prazo em que durou. Reassumida a Reitoria, foram expedidos telegramas de agradecimento para as autoridades federais e estaduais que tiveram participação nos acontecimentos pela reestruturação da autonomia daquela universidade.

Merece destaque também a participação do estudante Lúcio Flávio Mesquita, presidente do DCE da UFMG, que durante todo o desenrolar dos acontecimentos e em nome dos universitários esteve ao lado do Reitor. Em solidariedade à pessoa do Sr. Aluísio Pimenta,

⁴⁴ UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

⁴⁵ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

as entidades estudantis, orientadas pela liderança universitária, não tornaram público o protesto que tencionavam divulgar contra o ato que atingira a Universidade. Como sugere o reitor, “essas manifestações, que tanto honram a cultura e a dignidade do estudante mineiro, poderiam gerar incompreensões que cumpria evitar, naquele momento.”⁴⁶

Outra ação ocorrida em 1964 merece nossa atenção, por se tratar de mais uma arbitrariedade contra estudantes, encoberta e justificada tanto pelo imaginário quanto pelo discurso anticomunista. Conforme consta no relatório policial, na madrugada do dia 12 de junho quatro estudantes da Faculdade de Direito da UFMG distribuía material subversivo pelas ruas do centro da capital⁴⁷. Ao entregar por engano o boletim a um policial, um deles recebeu voz de prisão, enquanto que os outros companheiros abandonaram o local. Efetuada a prisão, o estudante foi conduzido ao DOPS/MG e lá negou sua participação na distribuição dos boletins.

Para a polícia, aquela atitude de negar as acusações era coerente com a prática comunista: “Nega, porque a técnica comunista é negar. Nega, porque assim agem os *bons* comunistas, dentro da doutrinação e treinamento que recebem”. Os estudantes foram indiciados e identificados como membros do PCB, da direção do Organismo de Base daquele partido na faculdade de Direito da UFMG e, por isso, foi solicitada pelo DOPS/MG a prisão preventiva daqueles jovens,

para evitar que continuem militando e doutrinando em meio à nossa sadia juventude universitária, para evitar que continuem com seu cerco malévolo e disfarçado, instilando sua pregação marxista no espírito dos jovens inocentes, e às vezes, incautos, conspurcando nossa mocidade e pondo em risco os destinos democráticos e cristãos de nossa Pátria, que tanto amamos.⁴⁸

Nessa perspectiva, em cumprimento do “dispositivo legal” de nunca deixar os adeptos do comunismo perturbarem a ordem pública, econômica e social, a polícia política buscou “sempre manter a ordem” e desempenhou ampla vigilância, seja no aspecto preventivo, seja no aspecto repressivo. O meio estudantil estava na mira da polícia particularmente porque elementos considerados comunistas militantes, “sob mil e uma formas, mil e um disfarces se infiltram ou procuram se infiltrar por toda a parte”⁴⁹, especialmente entre os jovens. Do outro

⁴⁶ Relatório de 16/07/1964: UFMG, AESI, Caixa 2, Pasta 29.

⁴⁷APM, DOPS/MG, Pasta 3852, Rolo 049, Im. 03

⁴⁸ _____. Pasta 3852, Rolo 049, Im. 05

⁴⁹ _____. Pasta 3852, Rolo 049, Im. 05

lado, os estudantes mineiros, engajados no ME, tomaram consciência da situação real em que se encontravam e deram início ao trabalho de reestruturação de suas entidades, muitas delas fechadas após o golpe de 1964.

Foram muitas as medidas que buscavam desarticular o ME e sujeitá-lo ao regime militar. O rumo da reorganização da UNE se deu em julho de 1964 com a convocação de um Conselho da entidade – o Conselho Nacional de Estudantes da UNE – no restaurante Calabouço, na Guanabara (RJ). Na ocasião, doze presidentes (todos das UEE's) elegeram uma Junta Governativa constituída por membros da oposição à diretoria anterior, da qual fazia parte o já referenciado estudante mineiro Élcio Spínola de Castro. A UNE havia sido praticamente tomada pelos estudantes de direita, sendo este o principal motivo da não intervenção dos militares naquele processo. A Junta permaneceu operante até janeiro de 1965 quando se realizou o novo Conselho. Apesar dos estudantes conservadores terem assumido a direção da UNE (e das UEE's), muitos universitários lhes fizeram oposição por não considerá-los lideranças legítimas do ME. Nesse sentido, outra providência foi tomada contra o ME com a extinção da UNE, declarada em 27 de outubro de 1964, que, uma vez colocada na ilegalidade, passou a ser um dos principais alvos da repressão militar.

Em Belo Horizonte, o movimento intenso dos universitários – liderado pelo DCE da UFMG – em favor da manutenção da UNE como órgão representativo dos universitários brasileiros planejou uma reunião que teve como pauta o soerguimento daquela entidade e conseqüentemente o desconhecimento do DNE, órgão criado pelo Ministro Suplicy de Lacerda. Facilitado pela própria regulamentação das entidades estudantis, que mantinha os DCE's intocáveis, articulou-se então a reunião de seus presidentes, de vários estados brasileiros, na qual foram exigidas eleições amplamente livres, com todos os alunos podendo ser candidatos, sem triagem de qualquer espécie.

Conforme estava previsto na Lei Suplicy, as eleições para renovação dos DA's (tanto das Faculdades da UFMG quanto da Universidade Católica) deveriam ser realizadas em novembro de 1964, o que causou certo clima de tensão em algumas Faculdades da capital. Apesar de reconhecerem a necessidade das eleições acontecerem ainda naquele mês, os reitores dos dois centros de ensino superior ainda aguardaram a regulamentação do funcionamento das entidades estudantis para decidirem a respeito do assunto.

Também no início daquele mês, o presidente do DCE da UFMG, Lúcio Flávio Mesquita – juntamente com outras lideranças estudantis do país – reuniram-se no Rio de

Janeiro e decidiram por não concordar com a extinção da UNE. Tomada a decisão, no dia 6 de novembro foi distribuída nas faculdades (e também na imprensa) de Belo Horizonte uma nota esclarecedora, afirmando que o DCE estava disposto a não aceitar o DNE como órgão representativo dos universitários, reclamando que a extinção da UNE era “inconstitucional e cerceativa das liberdades democráticas”⁵⁰.

No dia 11 de novembro, o reitor da UFMG baixou portaria permitindo a realização das eleições para a direção dos DA's em todas as faculdades até o final daquele mês, sendo que em várias escolas os pleitos eleitorais já estavam organizados, inclusive com candidatos lançados, como por exemplo, na Faculdade de Direito. Como o voto era obrigatório para todos os alunos nas eleições para seus DA's, no dia 25 de novembro, os estudantes da UFMG tiveram uma participação significativa ao comparecerem às urnas, principalmente na FACE e na Faculdade de Direito.

Por fim, um último episódio ocorrido na UFMG, no final de 1964, também merece ser destacado: trata-se da cerimônia de formatura da primeira turma do curso de Jornalismo. Na solenidade, o jornalista Carlos Heitor Cony foi convidado a paraninfar, o que gerou certa apreensão no General Dióscoro Gonçalves Vale que, esperando colaboração, sugeriu medidas preventivas:

Objetivando a manutenção da ordem na guarnição de BH, sugiro à Vossa Magnificência a adoção de uma das linhas de ação abaixo enumeradas: a) Ser o jornalista em causa cientificado de que deverá recusar o convite feito, para evitar perturbação da ordem; b) ser suspensa a solenidade de formatura; c) ser solicitada, por Vossa Magnificência junto às autoridades responsáveis a presença de força policial, sujeitando-se, nesse caso, ao possível emprego da força e suas imprevisíveis conseqüências caso surja um conflito.⁵¹

Infelizmente não foi possível saber qual das opções foi a escolhida pelo reitor, ou ainda se o jornalista convidado participou da cerimônia (ou mesmo se ela aconteceu). No entanto, sabemos que em agosto de 1965, mais uma vez Carlos Heitor Cony foi convidado a comparecer na UFMG, desta vez como Orador na inauguração da nova sede social do Diretório Acadêmico “Alfredo Balena” (DAAB), da Escola de Medicina. Certamente o

⁵⁰ Jornal *O Diário*, 06/11/1964, p.5. . Consulta realizada na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. PUC-MG.

⁵¹ Ofício do ID-4, do Comandante General Dióscoro Gonçalves Vale, ao reitor Aluísio Pimenta, de 15/12/1964. UFMG, AESI, Caixa 1, Pasta 22.

discurso de Cony deve ter estimulado os estudantes, uma vez que promoveu duras críticas à Lei Suplicy, conforme apresentamos no trecho abaixo:

Estou aqui apenas para demonstrar a vocês que existem homens que não têm medo de falar, homens que enquanto virem reinar a ignomínia estarão lutando para que se restabeleça a justiça igualmente. Essas leis de gabinete, como foi a Lei Suplicy, em que cassa aos estudantes o direito de fazer suas próprias eleições e de escolher seus próprios dirigentes. Lutem contra tal lei e eu lutarei com vocês, porque estarão exigindo o que tem direito. Se em nosso país não podemos ter uma nova Democracia Livre, que tenhamos então um socialismo Democrático. O golpe de 31 de março é o começo de uma prisão a que todos estaremos sujeitos se continuarmos acatando tudo isso que está nos prejudicando⁵².

Considerações finais

É de grande relevância apontar algumas considerações sobre os documentos que aqui foram utilizados, especialmente aqueles que foram produzidos e armazenados pela Assessoria Especial do Serviço de Informação (AESI/ABH) – órgão ligado à Reitoria da UFMG⁵³. As universidades públicas introduziram nas suas estruturas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI's), ligadas ao MEC e às agências locais do Serviço Nacional de Informações (SNI). Com base nos pareceres dessas assessorias, professores tiveram negados pedidos de bolsas de estudos para estudantes e licenças para comparecer a congressos técnicos; professores visitantes foram vetados e outras arbitrariedades similares foram abundantemente cometidas. Foi através de sindicâncias em busca de alunos, professores e funcionários considerados subversivos nas Universidades Federais brasileiras que esse órgão produziu e armazenou informações necessárias que eram requisitadas pela Divisão de Segurança Interna (DSI), órgão que era subordinado hierarquicamente ao SNI através da Agência de Belo Horizonte (ABH).

⁵²APM, DOPS/MG, Pasta 0011 {2}, Rolo 001, Im. 11 e 12.

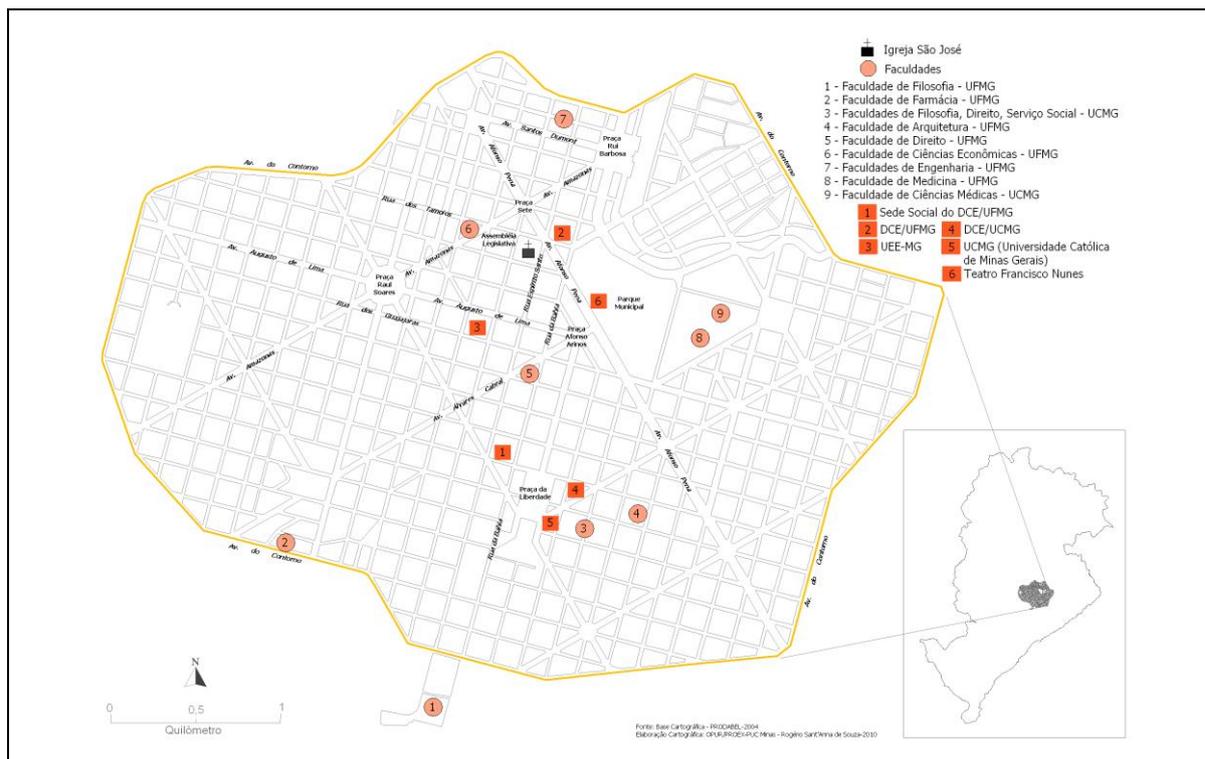
⁵³ A AESI/UFMG foi criada em 1971, mas, no entanto acumulou documentos armazenados por órgãos ligados à Reitoria daquela Universidade desde antes do golpe de 1964, persistindo a produção até o final da década de 1970. O acervo – disponível para consulta na Biblioteca Central da UFMG – contém documentos variados com informações sobre alunos que pertenciam ao ME, professores considerados de esquerda, lista de livros proibidos, ofícios de reitores, sobre a invasão das tropas militares na UFMG, suspensão das aulas, reuniões clandestinas de estudantes, enfim, uma gama de informações que certamente contribuirá com a pesquisa. Para maiores informações, consultar MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *TOPOI*, v.9, n.16, jan.-jun. 2008, p.30-67. Disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a2.pdf

Desse modo, podemos considerar seus arquivos como fontes inestimáveis sobre a história da atuação do ME em BH, neste caso particularmente da UFMG. Para proceder à análise destes documentos, eles foram divididos em dois grupos: os que foram produzidos pela polícia (Inquéritos Policiais-Militares – IPM’s – processos e relatórios policiais, depoimentos) e os que foram apreendidos nas entidades estudantis ou na residência daqueles jovens, supostamente considerados subversivos: jornais, boletins informativos estudantis, fotografias e materiais de propaganda. Porém, devemos estar atentos ao problema existente entre as narrativas apresentadas nos “documentos oficiais” e a realidade histórica na qual eles foram produzidos. Na maior parte dos documentos podemos detectar a presença do imaginário anticomunista nos relatórios policiais, de forma explícita ou velada.

Outra questão a que devemos estar atentos refere-se aos documentos que foram apreendidos como prova criminal, seja nas entidades estudantis ou em poder dos jovens detidos, posteriormente arquivados pela polícia e anexados aos inúmeros IPM’s. Dentre o material que circulava entre os estudantes nos deparamos com panfletos, jornais estudantis, boletins informativos, comunicados, elaborados e distribuídos com o objetivo de formar politicamente a sua militância. Contudo, tais registros apresentam sérias dificuldades para o pesquisador não iniciado nos jargões confessionais ou socialistas revolucionários. A falta de experiência neste terreno pode levar o estudioso a desprezar importantes materiais e interpretar de forma restrita ou equivocada tantos outros.

Esse importante *corpus* documental, origem de revelações surpreendentes, em muito contribuirá para diminuir um dos principais problemas para o estudo sobre este período, que é o da escassez das fontes. Conseqüentemente, a inserção histórica do movimento estudantil naquela conjuntura poderá ser mais bem analisada, revelando assim novos aspectos da história da Ditadura Militar. Apesar de sua importância em termos da participação de seus militantes e da repercussão de suas ações em BH, o ME belo-horizontino ainda foi pouco estudado e divulgado.

ANEXO



Recebido em: 07/12/2013

Aprovado em: 20/01/2014